

## **Título: Estudo Introdutório da Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)<sup>1</sup>**

**Isabelle da Silva Beserra<sup>2</sup>**

<sup>2</sup> IFSP – Campus Cubatão. e-mail: isabelle.beserra@aluno.ifsp.edu.br

**Resumo:** A Política Externa Independente (PEI), desenvolvida por Jânio Quadros (janeiro/1961-agosto/1961) e mantida por João Goulart (1961-1964), norteou as relações internacionais do Brasil no contexto da Guerra Fria. O país sofreu com a escassez de investimentos externos e conviveu, simultaneamente, com a ascensão do nacionalismo, promovido, desde a década de 1930, por Getúlio Vargas (1930-1945/1950-1954). O presente artigo foi desenvolvido durante o Projeto de Extensão "Introdução aos Estudos da Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)", no qual foram realizadas pesquisas e debates sobre a PEI e sua relação com a diplomacia e a política exterior brasileira. O estudo revelou um caráter desenvolvimentista brasileiro, parcialmente isento de compromissos ideológicos e preocupado, apenas, com a reputação do Brasil no exterior e com o desenvolvimento industrial da nação. Portanto, as relações internacionais brasileiras, históricas e contemporâneas, foram, constantemente, baseadas em interesses políticos nacionais, principalmente no que tange às vantagens que a inserção internacional do país poderiam agregar à nação.

**Palavras-chave:** Política Externa Independente; Jânio Quadros; João Goulart; relações internacionais brasileiras.

**Linha Temática:** Ensino e Aprendizagem (EA).

### **1 INTRODUÇÃO**

No período que incluiu o precoce governo de Jânio Quadros até sua renúncia, momento em que seu vice, João Goulart, assumiu o poder, as relações exteriores do Brasil tornaram-se importante ferramenta para o desenvolvimento nacional, ao passo que eram necessários investimentos internacionais para que o país de fato conseguisse desenvolver-se industrialmente. Utilizando referências de caráter nacionalista e desenvolvimentista, como a barganha nacionalista de Vargas e JK, Jânio Quadros criou a Política Externa Independente, aprimorando conceitos utilizados por seus antecessores e, principalmente, formando princípios que redigiriam a política externa brasileira a partir dos anos 1960, entre os principais encontravam-se a universalização e a autonomia.

Desde o início de seu governo, Jânio Quadros incorporou um discurso crítico aos Estados Unidos, principalmente com a indiferença em relação a América Latina promovida por Eisenhower (1953-1961). O presidente brasileiro participou de encontros com líderes socialistas, negando-se a romper com Cuba e reatando relações com países do Leste Europeu, incluindo a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

Entre as iniciativas prioritárias da PEI, incluiu-se a aliança com a Argentina para a formação de uma resistência contra a interferência norte-americana em assuntos da América Latina (VIZENTINI, 2002: 24). Tratava-se de uma política externa com prioridades no desenvolvimento brasileiro, necessitado de investimentos, fossem esses feitos por países socialistas ou capitalistas. Ademais, a Política Externa Independente foi fundamental para um novo discurso e uma nova intenção na política externa brasileira (VIANA, 2009: 2).

---

<sup>1</sup>Artigo elaborado junto ao Projeto de Extensão "Introdução aos Estudos da Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)", sob orientação do Prof. Me. Marcelo Augusto Miyahiro.

## **2 MATERIAIS E MÉTODOS**

Para a concretização deste artigo, fez-se necessário, inicialmente, uma pesquisa bibliográfica que incluiu livros e artigos sobre a Política Externa Independente. Consequentemente, foi possível realizar um estudo mais aprofundado sobre o tema abordado em fontes secundárias e fontes primárias, relacionadas a diplomacia e a política exterior brasileira.

A princípio, três obras foram essenciais para o início dos estudos aprofundados sobre a PEI. O livro "Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula" de Paulo F. Vinentini, o artigo "Política Externa Independente: Fundamentos e Reflexos nas Relações Internacionais do Brasil (1961-1964)" de Suhayla M. K. Viana, e o artigo "A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio" de Tânia Maria P. G. Manzur. Tais obras possibilitaram um pleno entendimento sobre o contexto histórico e os motivos que levaram os governantes a elaborar uma Política Externa Independente que promovesse, principalmente, o desenvolvimento nacional, sem constrangimentos ideológicos.

Como fonte primária de pesquisa e visando a desenvolver um caráter opinativo dentro do Projeto de Extensão, diretamente originário de documentos históricos da PEI, foi lido e discutido o artigo "Política Externa Independente", do ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas, que ocupou o cargo durante o governo de João Goulart.

Além do trabalho de pesquisa, o estudo contou com debates, durante os quais foi discutido o cenário político atual do Brasil, fazendo analogia entre os fundamentos da PEI e as relações internacionais que o país mantém na contemporaneidade.

## **3 JÂNIO QUADROS E A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE (PEI): REFLEXÕES ACERCA DOS PROPÓSITOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Democracia política, democracia racial, cultura baseada fundamentalmente na ausência de preconceitos e na tolerância, País disposto a empenhar-se integralmente em vencer a pobreza e o subdesenvolvimento econômico [...] o Brasil deve ter uma política externa que, refletindo sua personalidade, suas condições e seus interesses, seja a mais propícia às aspirações gerais da humanidade, ao desenvolvimento econômico, à paz e segurança, ao respeito pelo homem porque homem, à justiça social, à igualdade das raças, à autodeterminação dos povos e sua mútua tolerância e cooperação. (QUADROS, 1961: 19)

Como iniciou Jânio Quadros, em sua mensagem ao Congresso Nacional, durante a Abertura da Sessão Legislativa de 1961, a política externa brasileira seria - e foi - à época, redigida por ideais cooperativistas entre as nações, especialmente no que tange àquelas em situação de subdesenvolvimento. O governo brasileiro reconheceu, na ocasião, as possibilidades do uso de uma posição internacional favorável, como maior país da América Latina, com mais afirmação e independência.

No entanto, além das posições que aproximariam o Brasil de seus países vizinhos, o principal propósito da Política Externa Independente era, além do próprio reconhecimento como nação influente, o desenvolvimento industrial brasileiro. Nesse contexto, portanto, que o Brasil foi inserido no caráter da neutralidade, que promoveu, essencialmente, a volta das relações diplomáticas com países socialistas<sup>3</sup> aliados à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). É evidente, contudo, que o país não negou sua posição capitalista e ainda aliada aos Estados Unidos da América (EUA), somente explorou as possibilidades de investimentos externos que receberia e se beneficiaria por meio dessa iniciativa. "Temos confianças nas nossas [ideologias], não desejamos mal aos povos que as têm diferentes" (QUADROS, 1961: 20).

É importante destacar que a Organização das Nações Unidas (ONU), à época, encontrava-se em situação de parcialidade com relação aos seus países-membros, mais precisamente àqueles que faziam

---

<sup>3</sup> Como, por exemplo, o estabelecimento de relações diplomáticas com a Hungria, a Romênia e a Bulgária (QUADROS, 1961: 22).

parte das grandes potências em ambas as unidades do conflito ideológico que se perdurava na década de 1960, isto é, do lado capitalista são destacados os Estados Unidos da América e o Reino Unido, enquanto que do lado socialista, a República Popular da China e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O presidente brasileiro, assim sendo, encontrou na PEI uma forma de reivindicar a imparcialidade que, desde sua criação, a ONU propagou, em termos de sua própria configuração e função nas relações exteriores das nações. Em busca, prioritariamente, do desenvolvimento brasileiro e do apoio aos países em situação comum - o subdesenvolvimento - o governo brasileiro criou uma política externa de caráter nacionalista e de respeito aos seus companheiros, especialmente as nações da América Latina, por meio de críticas ao comportamento partidário da Organização das Nações Unidas.

Com a PEI, as relações entre Brasil e Europa passaram a ser, de forma restrita, sobre o comércio entre os países envolvidos e, especialmente, sobre o investimento necessário por parte do lado economicamente mais estável - a Europa - e o Estado brasileiro em seu processo de desenvolvimento. Tratou, preferencialmente, do chamado reconhecimento do progresso europeu e da necessidade deste para a construção de um Brasil industrialmente desenvolvido, por meio de formas de financiamento a longo prazo com o velho continente.

Os interesses europeus, há que sublinhar, se ajustam complementarmente aos interesses brasileiros de aumentar suas relações de troca com o Velho Continente e dêle absorver parcelas mais substanciais de investimentos e de créditos a longo prazo. É indispensável, para tanto, que as pautas de importação e exportação sejam atualizadas. (QUADROS, 1961: 23)

A Política Externa Independente iniciada por Jânio Quadros buscou incentivar e, na medida do possível, apoiar a independência de nações ainda em estado de colônia, especialmente as em continente africano. A PEI ainda promoveu o início das trocas comerciais com esses países - garantindo, dessa forma, que ambos mantivessem uma relação mútua de auxílio ao desenvolvimento - interdependente da Europa. Ademais, o princípio da autodeterminação dos povos garantiu ao governo brasileiro a construção de relações diplomáticas mais firmes com países árabes e asiáticos, além de impulsionar a preocupação americana em relação ao Brasil, assegurando o apoio e a atenção dos vizinhos do norte.

#### **4 SAN TIAGO DANTAS, O MINISTRO DE JOÃO GOULART QUE CRIOU O CORPO TEÓRICO DA PEI: A CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE**

Durante o conturbado período de 1961 a 1964, seis ministros das relações exteriores passaram pelos governos de Jânio Quadros e, após sua renúncia, de João Goulart. Embora tenha sido criada pelo então encarregado da pauta internacional, Afonso Arinos, durante os curtos sete meses do governo JQ, foi durante o governo de Jango que consolidou-se o ministro responsável pelo embasamento teórico e, mais adiante, a prática da chamada Política Externa Independente, Francisco Clementino de San Tiago Dantas.

[...] a continuidade é requisito indispensável a toda política exterior, pois se, em relação aos problemas administrativos do país, são menores os inconvenientes resultantes da rápida liquidação de uma experiência ou da mudança de um rumo adotado, em relação à política exterior é essencial que a projeção da conduta do Estado no seio da sociedade internacional revele um alto grau de estabilidade e assegure crédito aos compromissos assumidos. (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 21)

A declaração de San Tiago Dantas à Câmara dos Deputados, em 1961<sup>4</sup>, iniciou o que seria o início da teoria da Política Externa Independente: uma política diplomática que procurou considerar os princípios ideológicos e compromissos assumidos pelas políticas exteriores antecedentes.

Os princípios básicos da PEI procuraram estabelecer uma condição de "independência em relação aos blocos político-militares" (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 22), sem que os ideais pregados

---

<sup>4</sup> No capítulo final do Programa de Governo apresentado pelo Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Tancredo Neves.

pelo país desde o início da república, isto é, o capitalismo e a parceria com o norte-americano Estados Unidos, estivessem em situação de incerteza. O Brasil deixou claro sua posição perante a economia mundial, porém abriu horizontes para o Leste Europeu e a China, de regimes socialistas, em busca de um interesse: o desenvolvimento industrial e as trocas comerciais.

San Tiago Dantas, portanto, consolidou os objetivos da Política Externa Independente com base nos já inspirados por Jânio Quadros e Afonso Arinos. A preservação da paz e o desenvolvimento internacional de países em situação de vulnerabilidade foram pautas essenciais da nova política externa, promovendo a autodeterminação dos povos acima de quaisquer poderes bélico-militares e econômicos que as nações em estado de maior desenvolvimento pudessem ameaçá-los. A prática desse princípio deu-se, com maior destaque, durante a Conferência de Punta Del Este, em 1962, que decidiu o destino de Cuba na Organização dos Estados Americanos (OEA), na qual o Brasil absteve-se de votar para a saída da nação revoltosa do órgão internacional.

Além disso, o "[...] repúdio formal à guerra" (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 22) foi fundamental para estabelecer a posição de concórdia internacional que o Brasil assumiu com a PEI. Políticas de preservação da paz mundial e do desarmamento foram intrinsecamente pautadas por San Tiago Dantas, o que contribuiu para a volta das relações diplomáticas com países socialistas, por exemplo. E, ainda, auxiliou na consolidação de um Estado democrático independente, na "[...] procura do interesse nacional e do melhor meio de atingir os objetivos visados" (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 23). Ademais, foi combatido com a PEI o colonialismo na África, especialmente da nação portuguesa, como exercido em Angola e Moçambique. Caracterizou-se de extrema importância o auxílio do Brasil à independência dessas colônias, promovendo, essencialmente, as trocas comerciais entre as nações, o que possibilitaria o desenvolvimento de ambas, economicamente e socialmente.

Como pressuposto por Quadros, o apoio aos Estados americanos foi assunto cuidadosamente respeitado e promovido pelo ministro de João Goulart.

[...] as nações americanas necessitam estimular e institucionalizar a sua colaboração recíproca para vencer os problemas de estrutura de sua economia e os problemas de elevação do nível de vida e de cultura de suas populações, sem intervir, contudo, em questões de ordem interna das nações, nem impor limites à autodeterminação dos povos. (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 23)

Portanto, a afirmação do Brasil como nação independente e convicta de sua representatividade entre a América Latina norteou as relações com nações vizinhas subdesenvolvidas, procurando estabelecer uma corrente de apoio entre elas e a própria nação brasileira, em questões de investimentos e empréstimos exteriores - europeus e norte-americanos, mais precisamente - necessários ao desenvolvimento destas. "A política de cooperação do novo governo terá, por conseguinte, em vista não apenas projetos de caráter técnico e econômico, mas programas de caráter econômico e social" (SAN TIAGO DANTAS, 1961: 24).

O corpo teórico da Política Externa Independente foi, desse modo, a confirmação dos princípios redigidos inicialmente por Jânio Quadros, em busca, fundamentalmente, de uma política externa capaz de elevar o Brasil ao seu pleno estado de desenvolvimento, agregando para si um caráter independente dos blocos econômicos mais fortes e, conseqüentemente, promovendo o mesmo aos Estados em situação semelhante.

## **5 RESULTADOS**

A pesquisa sobre a Política Externa Independente, realizada junto ao Projeto de Extensão "Introdução aos Estudos da Política Externa Independente dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964)", possibilitou um conhecimento aprofundado sobre a política exterior brasileira que fundamentou um período delicado para a diplomacia nacional. Dentro do projeto, foi possível que professor orientador e estudante realizassem leituras e efetuassem análises relacionadas ao tema, além de debaterem questões vinculadas às relações exteriores contemporâneas, que acrescentaram elementos na construção de um perfil das relações internacionais do Brasil, desde os anos 1960 até o período atual.

O projeto promoveu um estudo adicional à sala de aula, no qual foi possível desenvolver, não só conhecimento aprofundado sobre o tema propriamente dito, mas também compreender a dinâmica das

relações exteriores dos Estados Nacionais, enfocando prioritariamente a América Latina e, conseqüentemente, o Brasil. Portanto, resultou em uma experiência de aprendizado e, também, uma experiência de pesquisa.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Concluiu-se que a Política Externa Independente (PEI) transformou-se em uma doutrina política central para as relações exteriores do Brasil (MANZUR, 2014: 1). A criação da PEI e seu desenvolvimento, portanto, foram além de quaisquer impedimentos impostos pela potência americana, os Estados Unidos. Tratou-se de uma política externa com prioridades no desenvolvimento brasileiro, necessitado de investimentos, fossem esses feitos por países capitalistas ou socialistas, abrindo fronteiras com países do Leste Europeu e da Ásia.

Além disso, a Política Externa Independente de Jânio Quadros e João Goulart garantiu ao Brasil o perfil independente e influente que o maior país da América Latina almejava, possibilitando o apoio a pautas internacionais de extrema importância geopolítica, como a autodeterminação dos povos, a independência das nações ainda em condições de colônia e políticas de paz e desarmamento em um contexto de Guerra Fria.

O Brasil conquistou, com a PEI, uma nova forma de consolidação de suas relações diplomáticas, tornando-a fundamental para a compreensão e o estudo destas vigentes no país contemporâneo.

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Presidente (1961). **Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

SAN TIAGO DANTAS, F. C. **Política Externa Independente**. Edição Atualizada. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

FAGUNDES VIZENTINI, P. **Relações Internacionais do Brasil: De Vargas a Lula**. 3. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

MANZUR, T. **A Política Externa Independente (PEI): Antecedentes, Apogeu e Declínio**. São Paulo: Editora Lua Nova, 2014.

VIANA, S. **Política Externa Independente: Fundamentos e Reflexos nas Relações Internacionais do Brasil (1961-1964)**. 2009. 10f. XXV Simpósio Nacional de História - Fortaleza, 2009.